



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 80

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zambusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró - Guimarães - Remy Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

EMENDA Nº 05

À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3º do art. 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - A alínea p, acrescida das alíneas q, r, t, u, v, e x, do inciso III, do art. 103, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

"Art.103 -...

III -...

p) os crimes contra a pessoa, executados os crimes dolorosos contra a vida;

q) os crimes contra a propriedade imaterial;

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

s) os crimes contra os costumes;

t) os crimes contra a incolumidade pública;

u) os crimes contra a paz pública;

v) os crimes de corrupção de menores e

x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares.

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.06.98

(a) ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

09 DE JUNHO DE 1998

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José

Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

AUDIG/RETEX-1001/98

Curitiba, 01 de junho de 1998.

Senhor Presidente.

Tendo em vista as negociações de saneamento desta Instituição Financeira junto ao Banco Central do Brasil, solicitamos-lhe prorrogação de prazo, até 31.07.98, para a Prestação de Contas Anual do Banco do Estado do Paraná S/A. Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, BANESTADO Leasing S/A. Arrendamento Mercantil, BANESTADO S/A. Participações, Administração e Serviços e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativamente ao exercício financeiro de 1997.

Contando com a compreensão e anuência desse Órgão, aguardamos um pronunciamento de Vossa Excelência a respeito do assunto e subscrevemo-nos,

Atenciosamente

(a) MANOEL C. GARCIA CID

Diretor Presidente

Banco do Estado do Paraná S.A

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1061

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de

Curitiba, terça-feira, em 09.06.98

Urgência ao Projeto de Lei nº 226/98, relativo à Mensagem nº 024/98 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1060

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Inversão da Ordem do dia.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do item 05, 2ª discussão do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, constante da ordem do dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada, da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Lei nº 207/98 oriundo da Mensagem nº 022/98, por 10 sessões.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1039

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1070

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Comissão Solidária Paranista, para viabilizar a proposta desencadeada pelo Jornalista Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor Presidente da Gazeta do Povo, para que o Gasoduto Bolívia-Brasil, tenha a sua rota

ramal Sul descendo de Bauru (SP) em direção do Estado do Paraná, passando por Londrina-Maringá-Ponta Grossa-Campo Largo e Curitiba. A Comissão terá como Presidente, o Doutor Francisco Cunha Pereira Filho e como membros, o Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, o Desembargador Henrique Chesnau Lenz Cesar, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, o Conselheiro Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, o Doutor Jair Ramos Braga, Presidente do Tribunal de Alçada, Doutor José Carlos Gomes de Carvalho, Presidente das Indústrias do Estado do Paraná, Antonio Belinatti, Prefeito Municipal de Londrina, Jairo de Moraes Gianoto, Prefeito Municipal de Maringá, Deputados Estaduais que representam a Região Norte do Estado, Deputados Estaduais indicados pelas Lideranças com assento nesta Casa, Prefeitos Presidentes das Microrregiões do Norte do Paraná, Prefeitos dos Municípios acima citados e Presidentes das Associações Comerciais dos Municípios envolvidos na questão.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento: Edgar Bueno, Ricardo Chab, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Albanor Gomes, Luiz Claudio Romanelli, Eduardo Trevisan, Durval Amaral, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Joel Coimbra, Marquinhos Alves, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão, César Seleme, Edson Silva Lino, Horácio Rodrigues, José Tavares, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Valdir Rossini, João Techy, Cleiton Kielse, Nelson Tureck, Luiz Carlos Zuk e Plauto Miró Guimarães.

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente.

O Deputado Luiz Accorsi, que o final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Angélica Pacheco Pucci.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu nesta Capital, no último domingo, a Senhora Maria Angélica Pacheco Pucci, sepultada ontem no Cemitério Parque Iguaçu.

Ao registrar nosso pesar pelo passamento da dona Angélica, aos 83 anos de idade, esta Assembleia Legislativa rende justa e merecida homenagem

às famílias pioneiras do Município de Santa Isabel do Ivaí.

Dona Angélica deixa viúvo o Senhor Paschoal Pucci, um dos diretores da Companhia Tarquinio Marques Ferreira, empresa responsável pela fundação e criação daquela importante comuna paranaense.

O Senhor Paschoal Pucci foi também o primeiro Prefeito de Santa Isabel do Ivaí, eleito em 3 de outubro de 1.955.

Como primeira-dama Isabelense, a extinta cumpriu com denodo suas tarefas, notadamente as relacionadas com o atendimento às camadas mais carentes.

Mãe extremosa, deixa saudosos os filhos Niniho, Luiz Alberto, Paulo, Antonio Carlos, Rosaly e Regina, inúmeros netos, além de enorme e sincero rol de amizades.

Que, da decisão, se dê ciência às autoridades do Município de Santa Isabel do Ivaí e à família enlutada.

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Koch, com votos de profundo pesar, pelo falecimento de Darci Koch, do Município de São Jorge D'Oeste-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento precoce de Darci Koch, deixou consternada toda a população de São Jorge D'Oeste.

Filho exemplar, deixará em todos seus familiares um sentimento de dor e saudade irreparável. Aos amigos e companheiros, uma vida de amizade, alegria e cordialidade.

Por tudo isso, através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Koch e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências e rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

REQUERIMENTO Nº 1018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente à família Sanson, com votos de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Dr. Auri Antonio Sanson, do Município de Quedas do Iguaçu-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tronco de uma grande família, o Senhor Auri Antonio Sanson, médico, ex-Vereador do Município de Quedas do Iguaçu, deixa esposa, filhos. A eles, deixa também como legado uma vida toda de correção, honestidade e integridade.

Participou ativamente da vida comunitária da cidade que escolheu para viver, onde pelo seu trabalho, foi homenageado como Cidadão Honorário no Município.

O Município de Quedas do Iguaçu encontra-se em estado de profunda consternação. As pessoas que convivem com ele são testemunhas da sua retidão, caráter firme, benevolência e amizade. Abriu-se uma grande lacuna e um sentimento de tristeza e saudade se abateram sobre a comunidade.

A Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada, em nome da Senhora Loraine Thereza Corso Sanson, votos de pêsames e condolências, rogando a Deus que a todos ampare e conforte nesta hora de dor e sofrimento.

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência à família do Sr. Olivio Massarolo, do Município de Matelândia, manifestando votos de pesar pelo seu falecimento, ocorrido no dia 05 de junho de 1998.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

Personalidade política do Oeste Paranaense Olivio Massarolo nasceu em 23 de março de 1.935, em Erechim, Rio Grande do Sul. Mudou-se para Matelândia com apenas 23 anos, participando ativamente da evolução social, política e econômica do atual município.

Dotado de uma personalidade marcante, destacou-se como grande amigo, articulador e conselheiro.

Deixa registrada na história de Matelândia, e na lembrança de seus moradores, as suas 03 (três) gestões como Prefeito e sua participação na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, como Vereador representante do Município de Matelândia.

Destacou-se como o principal baluarte na luta pela emancipação do município.

Foi o primeiro Prefeito, como interventor, entre 1.960 e 1.962. Retornou à administração municipal, eleito para os mandatos de 1.966 a 1.969 e 1.973 a 1.976.

Ocupava, atualmente, o cargo de Secretário da Indústria e Comércio do Município.

Despede-se de seus familiares e amigos com a certeza de ter feito tudo em prol de Matelândia.

Olívio Massarolo faleceu no último dia 05, sexta-feira, deixando muitas saudades, em especial à sua esposa, Sra. Ida Lazarotto Massarolo; sua mãe, Sra. Clementina, com 90 anos de idade; seus quatro filhos, Cleocir, Claudete, Claudinete e Cleiton e mais nove irmãos, além de um vasto círculo de amizades.

Deixa como seu maior legado, a todos aqueles que o conheciam e o admiravam, seus exemplos e ensinamentos.

REQUERIMENTO Nº 1040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, se faça consignar na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Olívio Massarolo, ocorrido no dia 05 de junho de 1.998.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Olívio Massarolo nasceu aos 23 de março de 1.935 em Erechim-Rio Grande do Sul e mudou-se para Matelândia com 23 anos de idade. Foi casado com Senhora Ida Lazarotto Massarolo, tendo 04 filhos: Cleocir, Claudete, Claudionete e Cleiton que lhe deram 04 netos. Deixa também a mãe viúva, Senhora Clementina, com 90 anos de idade e nove irmãos.

De personalidade forte, amiga e acima de tudo política, Olívio destacava-se pela sua capacidade de articular e aconselhar.

Na história de Matelândia e na lembrança dos matelandienses, estão registradas as passagens e os feitos de Olívio Massarolo, como Prefeito desta cidade por 03 (três) gestões.

Foi o primeiro Prefeito de Matelândia, como interventor entre 1.960 e 1.962. Novamente foi Prefeito, eleito para o mandato de 1.966 a 1.969 e mais uma vez teve a honra de governar Matelândia na gestão de 1.973 a 1.976.

Mesmo não desempenhando nenhuma função pública, dedicava-se com esmero e persistência na articulação política, visando os destinos do Município, pois era o que gostava de fazer.

Embora trabalhando fora, por algum tempo, sempre se fez presente nos momentos em que decidiam os rumos da cidade, pois, sempre, continuou radicado em Matelândia.

Presentemente, ocupava o Cargo de Secretário Municipal da Indústria e Comércio.

REQUERIMENTO Nº 1051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Olívio Massarolo, e que o teor desta proposição seja levado ao conhecimento de seus familiares.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoio: Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 23 de março de 1.935, em Erechim-Rio Grande do Sul, mudou-se para Matelândia com apenas 23 anos.

De personalidade forte, amiga e acima de tudo política, Olívio Massarolo destacava-se das demais pela sua capacidade de articular e aconselhar.

Na história de Matelândia e na lembrança dos matelandienses, estão registradas as passagens e os seus feitos, como Prefeito da cidade por três gestões. Quando Vereador em Foz do Iguaçu, foi o principal articulador para a emancipação de Matelândia.

Teve o orgulho de ser o primeiro prefeito de Matelândia, como interventor entre 1.960 e 1.962. Novamente foi Prefeito, eleito para o mandato de 1.966 a 1.969, e mais uma vez teve a honra de governar Matelândia na gestão de 1.973 a 1.976.

Mesmo quando não desempenhando nenhuma função pública, dedicava-se com esmero e persistência na articulação política, visando os destinos do município, pois era o que gostava de fazer.

Hoje despede-se de seus familiares e amigos na certeza de ter dado tudo de si em prol de Matelândia, durante toda sua vida e especialmente na atual administração municipal, ocupando o cargo de Secretário da Indústria e Comércio.

Por toda essa sua dedicação, nada mais justo do que como última homenagem, deixar registrado nos Anais desta Assembléia o nosso reconhecimento pelo seu trabalho.

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER votos de congratulações pela passagem do 84º aniversário do município de Foz do Iguaçu, no próximo dia 10 de junho.

Que deste requerimento seja dada ciência ao Senhor Prefeito e ao Senhor Presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, alusivos à inauguração da nova sede no último dia 06 de junho.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Eng^o Nestor Bragnolo, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Voluntários da Pátria, 475 - 12º andar, CEP: 80020-926, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Senhora Marta Alessandra da Silva, alusivos a realização da XXVI Confraternização do Círculo de Oração "Filhas de Jerusalém", nos últimos dias 29 a 31 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Brasil, 1.560, CEP: 86870-000, Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1031

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações à Senhora Marli do Carmo, alusivos a realização da XXVI Confraternização do Círculo de Oração "Filhas de Jerusalém", nos últimos dias 29 a 31 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência a homenageada, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Brasil, 1.560, CEP: 86870-000, Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Prof. Isaias Guedes, alusivos a realização da XXVI Confraternização do Círculo de Oração "Filhas de Jerusalém", nos últimos dias 29 a 31 de maio.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Brasil, 1.560, CEP: 86870-000, Ivaiporã-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Senhor Osvaldo Chiuchetta, alusivos aos relevantes trabalhos prestados em prol do desenvolvimento de Maringá e região.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Senhor Cláudio Caetano Chiuchetta, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Mauá nº 1931 - C.P. 214, Maringá - Paraná.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

No dia 20 de julho de 1956 chegou a Maringá Osvaldo Chiuchetta, catarinense de Concórdia. Assinando contrato com o Eng. Carlos Rosas para a construção de um conjunto de prédios na Vila Operária.

Em 1958, Chiuchetta começou a industrializar o trigo naquela cidade.

Na época seu empreendimento foi considerado uma ousadia, uma vez que a região não parecia ter vocação para o trigo. Só se falava em café. No entanto, Chiuchetta chegou ficou e venceu.

Foi pioneiro na distribuição de sementes de trigo na região, bem como de máquinas para bater e limpar o cereal, as chamadas "trilhadeiras".

Foi pioneiro, ainda, na criação de suínos de alta linhagem trazidos na década de 60, vendendo reprodutores nos municípios vizinhos.

Em 1961, com a ajuda de lideranças locais, reivindicou, junto a órgãos estaduais e federais, por meio de ofícios e requerimentos da Câmara Municipal, a criação Instituto Agrônomo do Trigo para Maringá, o qual foi criado em Londrina.

Osvaldo Chiuchetta iniciou e sustentou vigorosa campanha a nível nacional pela extinção do subsídio ao consumo do trigo, o que foi conseguido em 1988, bem como ao longo de mais de 20 anos lutou pela queda do monopólio estatal do trigo, que acabou acontecendo.

Chiuchetta é também um grande lutador pelo aumento do consumo de fubá no Brasil e, também, pelo aumento da produtividade do milho e da área cultivada, visando ainda o melhoramento das sementes do produto.

O norte do Paraná, em constante evidência no cenário nacional, destacando-se em todos os segmentos da atividade humana, é fruto de tantos pioneiros, empreendedores como o Senhor Osvaldo Chiuchetta.

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de louvor ao Senhor Angelo Polentini, pelos 92 anos de vida, a se completarem na data de hoje, e pelo trabalho prestado em prol do Município de Lidianópolis-PR.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada a agência dos Correios de Lidianópolis, CEP 86862-000, Lidianópolis-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, votos de congratulações ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, alusivos as comemorações do 51º aniversário daquela Corte de Contas, realizada no último dia 2 de junho.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquele egrégio Tribunal, Excelentíssimo Senhor Artagão de Mattos Leão, através de correspondência a ser encaminhada à Praça Nossa Senhora de Salette - Centro Cívico, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata de um voto de congratulações ao Professor Jackson Proença Testa, pela reeleição e posse no cargo de Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER a consignação em Ata

de um voto de congratulações ao Professor Roberto Frederico Merhy, pela reeleição no cargo de Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1043

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal José Maria Rosa e Olivia Nieuhls Rosa, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1044

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Odanir Santana Ravace e Cleusa Maria Ravace, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal, Celso Ruins Munhos e Vera Beatriz Lissa Munhos, que completou 25 anos de união conjugal em 08/06 do corrente, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1045

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal, Joacir e Amália Stela, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1046

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congra-

tulações e muito aplauso ao casal, Hamilton e Marli Baldão, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida em comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações ao Clube de Mães Colombo I e II, Jardim Independência e Adjacências, entidade presidida por Cleosa Ramos de Lima, pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães da comunidade Colombo I e II e Jardim Independência, localizadas na Fazendinha - Curitiba, é uma entidade sem fins lucrativos, com sede na rua Luiz Cardoso, 200, mantido pelo esforço pessoal da diretoria e da comunidade.

Fundado em 14 de dezembro de 1985, tem como principal objetivo o acolhimento de mulheres grávidas, que além de receberem informações básicas sobre saúde, aprendem a arte da costura, onde têm a oportunidade de confeccionar o enxoval do futuro filho.

Este importante, belo e anônimo trabalho é coordenado pela presidente do Clube, a Senhora Cleosa Ramos de Lima, natural de Uraí-PR, mãe de quatro filhos - Valdeci, Renato, Aparecida e Cleonice.

Cleosa chegou em Curitiba em 1979. Já participou de diversos movimentos populares, como Centro Cultural de Santa Amélia, Clube de Mães da Congregação dos Vicentinos e presidiu a Associação de Moradores da Vila Santa Amélia.

Com a experiência adquirida no passado, aplica hoje todo o seu conhecimento na organização da comunidade, tendo como elemento principal as mulheres. Coordena um grupo de senhoras que

além dos afazeres domésticos e profissionais, dedicam importante parte do tempo ao trabalho para melhorar a qualidade de vida dos moradores da região.

Com um trabalho anônimo, despercebido pelas autoridades, pela imprensa, sem apoio governamental, mas atuam de forma convicta do sucesso do projeto. O projeto conta hoje com a participação de 20 senhoras, que aprendem a arte de costurar e receber com amor uma nova vida.

REQUERIMENTO Nº 1049

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Sr. Jackson Proença Testa e o Sr. Márcio José de Almeida, pela reeleição como Reitor e eleição como vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, respectivamente, bem como pelo excelente trabalho realizado durante o mandato que vem transcorrendo.

Hoje em dia, não é fácil conduzir os trabalhos de uma instituição de ensino como a UEL, mas o atual Reitor, e toda sua equipe de trabalho o fizeram com muita dignidade, luta e respeito pelos professores, funcionários e alunos. Todo esse trabalho foi digno do reconhecimento de toda a comunidade universitária que o reconduziu a seu cargo por mais de um mandato, levando junto um excelente vice-Reitor para auxiliá-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Reitor e ao vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1050

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Sr. Roberto Frederico Merly e à Sra. Leide Mara Schmidt, pela reeleição como Reitor e vice-Reitora da Universidade Estadual de Ponta Grossa respectivamente, bem como pelo excelente trabalho realizado durante o mandato que vem transcorrendo.

Hoje em dia, não é fácil conduzir os trabalhos de uma instituição de ensino como a UEPG, mas o atual Reitor, a vice-Reitora, e toda sua equipe de trabalho o fizeram com muita dignidade, luta e respeito, pelos professores, funcionários e alunos. Todo esse trabalho foi digno do reconhecimento de toda a comunidade universitária que os reconduziu a seus cargos por mais de um mandato.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Reitor e à vice-Reitora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sito na Praça Santos Andrade, s/nº.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos, ao Senhor Presidente Adirson Rossi e à Senhora Diretora Inez Cristina Devides Nabarro, extensivos aos demais membros da diretoria, professores, funcionários e alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, da Cidade de Maringá, pelo excelente trabalho realizado e pelo brilhantismo da XIII Olimpíada Estadual das APAE's e Instituições Especializadas, ocorrido de 05 a 09.06.98.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) CÉSAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Adirson Rossi e a Senhora Inez Cristina Devides Nabarro, presidente e diretora assessorados pelos demais membros da diretoria, professores, funcionários e alunos da APAE da Cidade de Maringá realizaram um excelente trabalho na organização da XIII Olimpíada Estadual das APAE's e Instituições Especializadas ocorrido neste final de semana, recebendo e dando atenção esmerada a todos os participantes do encontro das delegacias do estado e aos atletas participantes desta Olimpíada brilhantemente coroada de êxitos.

REQUERIMENTO Nº 1056

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Editora Top Magazine pelo lançamento da Revista "Top Magazine".

A Cidade de Ponta Grossa sente-se honrada pelo fato de ser sede da mais nova revista mensal do Estado do Paraná. Revista esta que por sua vez apresenta reportagens excelentes, abrangendo grande diversidade de assuntos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Conselho Editorial da Revista "Top Magazine" em nome do Diretor de Redação, Edgar Hampf; do Diretor de Marketing, Cláudio Mello Pacczkowski; do Diretor Comercial, Luciano Otávio Luck; do Coordenador de Projetos, Artur Gonçalves; do Diretor de Arte, Marcelo Abílio Páblio; da Equipe, Alcimar Souza, Marcelo Marcet de Andrade

e Paulo Siqueira, sito na Rua Balduino Taques, 994, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1064

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de votos de congratulações ao Jornal "Indústria e Comércio", representado na Pessoa do Jornalista Odone Fortes Martins, pelo lançamento do "Caderno Meio Ambiente", em 05 de junho do corrente, data internacional do meio ambiente, conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente, sito à Rua Comendador Araújo, 126, CEP: 80.420-000, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido dos alunos da Escola Estadual Ivanete Martins de Souza, Ensino de 1º Grau, localizada à Rua Betonex, nº 220 - Jardim Holandês - Município de Piraquara, os quais reivindicam melhores condições tanto materiais, quanto na área de segurança. Segundo os alunos, a escola encontra-se abandonada, suja, com deficiência de carteiras e sem segurança alguma. Afirmam-nos eles que os alunos, principalmente as meninas, fumam e ingerem bebidas alcoólicas nos banheiros. O sistema de esgoto é o de fossa e corre à céu aberto, propiciando assim a contração de doenças em todos que freqüentam a escola. As gangues invadem a escola, os professores não conseguem dar aulas, porque são agredidos. A violência é constante no local, deixando todos apreensivos. Não há merenda escolar e muitos outros problemas vêm ocorrendo nesse estabelecimento de ensino. Os alunos que nos procuraram imploram pela solução dos referidos problemas, tendo em vista que querem continuar estudando nessa escola. A situação é crítica e necessita de providências urgentes, pois muitos alunos têm se afastado dos estudos devido aos vários problemas que estão enfrentando.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. Kennedy, proximidades do nº 3993, Bairro Portão, os quais pedem policiamento ostensivo em um terreno enorme localizado à Rua Alagoas, tendo em vista que marginais ficam no mesmo, jogando pedras nas casas vizinhas, ingerindo drogas, causando medo na população. Trata-se de uma antiga área de invasão, a qual foi cercado com arame, porém há muita sujeira, restos de casas e os marginais ali adentram promovendo desordens. A presença de policiais, com certeza inibirá a ação dos mesmos e proporcionará segurança aos moradores das proximidades e a população.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de atender o pedido das mães dos alunos da Escola Estadual República Oriental do Uruguai, localizada à Av. Presidente Afonso Camargo, nº 3.407, Bairro Capão da Imbuia, as quais reivindicam a colocação de bebedouros nessa escola. Será de grande utilidade para os alunos e funcionários do estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Sra. Nanci Von Seclen, a qual solicita a implantação do serviço de entrega de correspondências domiciliares no Bairro Pompéia - Moradas Dona Lina.

Informações complementares, se necessárias, podem ser obtidas com a requerente pelo telefone 246-0887. Será um grande benefício para a comunidade.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador Jaime Lerner, ao Excelentíssimo Senhor Ramiro Wahrhaftig, Mui Digno Secretário de Estado da Educação e ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes, Mui Digno Secretário da Administração, solicitando providências no sentido de que sejam propostas as nomeações dos professores concursados nas disciplinas de didática e Prática de Ensino, e Fundamentos da Educação.

A nossa reivindicação fundamenta-se na aprovação desses professores que cumprindo as exigências estabelecidas pelo regulamento do concurso, foram aprovados e classificados para um número limitado de vagas. Ocorre que além de cumprirem as exigências do Edital, o Estado do Paraná convocou-os para prova de títulos, exames médicos e escolha de vagas, intensificando a expectativa de nomeação desses professores que se preparam para participar ao concurso e dispenderam tempo, dinheiro e funções psicológicas. Ao contrário de outras disciplinas do mesmo concurso público, onde os professores já foram nomeados.

Segundo informações, os concursados das mencionadas disciplinas foram excluídos da proposta de nomeação, porque não estavam definidas as diretrizes para a formação de professores de acordo com a nova legislação.

Diante dos fatos, solicitamos o empenho desta Pasta para que os professores concursados nas disciplinas de didática e Prática de Ensino e Fundamentos da Educação sejam nomeados para as devidas disciplinas e sejam aproveitados na função de supervisão, suprimindo desta maneira, a deficiência da função algumas vezes ocupada por supervisores e orientadores sem habilitação.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Romeu Gomes de Miranda, Mui Digno Presidente da APPP (Rua Voluntários da Pátria, 475 - 14º andar - Curitiba - PR, CEP 80.020-926).

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma do Regimento Interno, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a Sua Excelência o envio de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, para criação de uma Vara de Execuções Penais na Comarca de

Guarapuava, uma vez que a iniciativa para instauração do processo legislativo é privativa do Egrégio Tribunal, ex VI do artigo 101, inciso I, alínea E da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como justificativa a recente instalação de uma Penitenciária na Cidade de Guarapuava, que vai acomodar inúmeros sentenciados.

O fato recomenda a imediata criação de uma Vara de Execuções Penais na Comarca de sua localização, com a finalidade de conferir maior agilidade aos procedimentos que envolvem o cumprimento das penas impostas.

O Projeto de Lei Nº 572/96, da iniciativa do Egrégio Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o novo "Código de divisão do Estado do Paraná", já consigna a criação de uma Vara de Execuções Penais na Comarca de Guarapuava (artigo 69, inciso III).

Só que esse projeto de lei, dada a sua abrangência, complexidade e dimensão, ainda está pendente de exame nas Comissões da Assembleia Legislativa e não tem data certa para entrar na Ordem do Dia.

REQUERIMENTO Nº 1047

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Ursulina Bozza Foggiatto, residente à Rua Manoel Alves de Oliveira nº 157 - bairro Moro, a qual pede que a carrocinha passe por essa rua e por todas as ruas do bairro para apanhar os cães. São muitos cães que andam soltos pelas ruas causando muitos problemas para os moradores.

Sala das Sessões, em 09.06.98

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto e Soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, da 9ª Regional, em que conste a indicação dos Senhores Valmir Francisco da Silva, portador de R.G. 2.103.196/PR, Renato Benvindo Frota, portador de R.G. 1.030.476/PR, para exercer a função de Juiz Classista representante dos Empregados e respectivamente Juiz Classista Representante do Sindicato Patronal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus elevados protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 09.06.98
(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 1062

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de pedido ao Exmo. Sr. Heinz George Herwing, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando:

Abertura de Sindicância no DER de Guaruapuava, para apurar irregularidades.

Sala das Sessões, em 09.06.98
(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1066

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Abrahão Tanure, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de uma delegacia Especializada em Acidentes de Trânsito, no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Fernando Scanavaca, Mui Digno Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717 - CEP 87501-130 - Umuarama); ao Vereador Arnaldo Rodrigues da Silva, Mui Digno Presidente da Câmara Municipal, ao Vereador Sargento Batista (Av. Maringá, 4863 - CEP 87502-080 - Umuarama).

Sala das Sessões, em 09.06.98
(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta fundamenta-se em expediente recebido do Legislativo Municipal de Umuarama, subscrito pelo Vereador Sargento Batista.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao Município de Umuarama e região meios de realizar um trabalho com maior eficiência, pois diante das alterações na legislação de trânsito houve um aumento considerável dos procedimentos e infrações no trânsito.

Para oferecer segurança e dinamismo nas ações vinculadas à segurança pública, possibilitando a instalação de estrutura operacional à altura do porte da cidade e capaz de atender a demanda da população, pedimos uma atenção especial desta Pasta, no sentido de realizar estudos visando a possibilidade de atendimento ao pleito.

REQUERIMENTO Nº 1065

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Hitoshi Nakamura, Secretário do Meio Ambiente, fazendo os questionamentos abaixo expostos:

01 - Por que esta Secretaria não realizou o serviço de "engordamento", das praias de Matinhos, conforme prometido e noticiado nos meios de comunicação do Estado?

02 - Por que a draga, contratada, ficou 30 dias parada em Matinhos, sem realizar o serviço para a qual foi designada?

03 - Foi pago algum valor a empresa que iria realizar os serviços em Matinhos?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 09.06.98
(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 1068

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, informações ao Excelentíssimo Senhor Miguel Salomão, D.D. Secretário de Estado da Fazenda, sobre o total dos prejuízos sofridos pelo Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, face a aquisição de títulos da dívida pública do Estado de Alagoas, títulos estes que já tem sua inadimplência têm decretada, bem como sobre eventuais procedimentos de apuração das responsabilidades pela aquisição de títulos que conforme noticiado, já sabiam-se ilíquidáveis à época de sua aquisição.

O presente requerimento se fundamenta no caput do art. 37 da Constituição Federal, que introduz como cláusula pétrea o princípio da transparência administrativa, tarefa indeclinável desta egrégia Casa de Leis, especialmente quando as informações requeridas dizem respeito à Fazenda Estadual e ao Tesouro Público do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.06.98.
(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1069

Senhor Presidente.

Obedecidas as disposições regimentais e com base no que prescreve o artigo 55 da Constituição Estadual, o adiante nominado, Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER seja oficiado ao Secretário de Estado da Administração e ao Superintendente do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná, solicitando que os mesmos informem a esta Casa o seguinte:

1 - Por que os policiais militares que até pouco tempo tinham direito a consultas médicas gratuitas,

Curitiba, terça-feira, em 09.06.98

têm agora de pagar pelos serviços de acordo com a tabela da AMB?

2 - Por que as cirurgias estão bloqueadas e cada paciente tem de ser avaliado por vários especialistas antes de ter deferida a autorização para a cirurgia? Como exemplo, citamos um caso acontecido em Maringá, quando um policial militar necessitava de uma cirurgia no nariz, que é feita por um otorrinolaringologista, mas teve de pagar por três consultas, uma do especialista já citado, uma para um cardiologista e outro para um neurologista. O referido cidadão, só de consultas, teve um gasto de R\$150,00 (cento e cinquenta reais).

3 - Por que os exames não oferecidos pelo IPE não estão mais sendo reembolsados, como era praxe nessa instituição?

Têm sido constantes as reclamações por parte de usuários do IPE em razão dos questionamentos expostos, razão pela qual necessita-se dessas informações a fim de informar os paranaenses que se sentem lesados com o atendimento que vem sendo dispensado pelo IPE.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) EMERSON NERONE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 227/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Nova Cantu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 5 de maio de 1997, pelos pais e alunos da escola mencionada, sob a forma de Sociedade Civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais tem como objetivo, dentre outros, a proteção e a integração social das pessoas portadoras de deficiências mentais, promover entendimentos com todos os setores de atividades, contribuindo para a criação de adequadas oportunidades de trabalho para o excepcional. Está voltada a promover e coordenar medidas que visem assegurar o ajustamento e bem-estar dos excepcionais, estimulando estudos e pesquisas relativas aos problemas dos mesmos.

Reconhecê-la de Utilidade Pública Estadual, implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação, cujo objetivo é colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na educação da família-escola-comunidade, mediante ação integrada com os demais segmentos da sociedade.

Enquadrada dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declará-la de Utilidade Pública Estadual, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 228/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Professores de Ubitatã, com sede e foro na Cidade de Ubitatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 15 de setembro de 1986, com sede na Cidade de Ubitatã, Estado do Paraná, sob a forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, recreativa, educativa, com duração indeterminada, possuindo personalidade jurídica própria e distinta, sendo seus associados em número ilimitado.

Reconhecê-la de Utilidade Pública Estadual implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação, baseada no apoio à classe docente.

Enquadrada dentro das exigências legais, não vemos por que esta Casa não declará-la de Utilidade Pública, pelo que, conclamamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 229/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado a instalar uma Delegacia de Anti-Tóxicos no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - A Delegacia de Anti-Tóxicos, a ser criada, deverá ser aparelhada com todos os equipamentos e contingente de pessoal necessário para a sua atuação, como advogados, psicólogos, assis-

tes sociais, representantes do Ministério Público e viaturas descaracterizadas.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

É notório e alarmante o aumento de incidência do consumo de drogas pelos nossos jovens. Infelizmente.

A repressão às drogas vem sendo feita com muito afinco, através de campanhas publicitárias, de clínicas de tratamento, da sociedade como um todo.

A nossa proposta da instalação de uma delegacia anti-tóxicos no Município de São José dos Pinhais, é de grande urgência, em virtude do alto índice de jovens drogados aliciados por traficantes de entorpecentes que induzem ao vício e escravizam os filhos do Paraná. Vale dizer que a nossa proposta reveste-se de caráter preventivo e emergencial, a fim de possibilitar com uma atuação efetiva o combate às drogas e recuperação dos viciados.

Neste sentido, contamos com o apoio dos nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 230/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a denominar de Escola Estadual Poty Lazzarotto, a atual Escola Estadual Caramuru, situada nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.06.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

JUSTIFICATIVA:

Napoleon Potyguara Lazzarotto, mais conhecido por Poty, nasceu no dia 29 de março de 1924 em Curitiba. Filho de Isaac Lazzarotto e Julia Tortato Lazzarotto, viúvo de Célia Neves Lazzarotto e não teve filhos.

Aos cinco anos de idade, Poty já desenhava, e teve como primeiro mestre, amigo e incentivador, seu pai Isaac, que também era "fundidor artístico".

Cursou o primário na Escola Estadual Conselheiro Zacarias, e em 1941, concluiu o segundo grau no Colégio Estadual do Paraná.

Apaixonado pela leitura de gibi, seus professores de desenho na época foram Alex Raymond, Hal Foster e All Cap.

Em 1942, com 18 anos de idade, Poty publica suas primeiras histórias em quadrinhos, no jornal Diário da Tarde.

Outra grande influência em sua vida foi o Vagão do Armistício, restaurante de seus pais, muito frequentado por artistas, políticos e gente importante que passava pela cidade. Foi no Vagão do Armistício que o Governador (da época) Manoel Ribas, descobre o grande talento de Poty, que o concede (através do Governo do Estado) uma bolsa de estudo para a Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro, onde se forma em 1945.

Em 1946, recebeu uma bolsa de estudo do governo francês, onde aperfeiçoou-se em Paris.

Em 1949 foi laureado com medalha de ouro e Prêmio de Viagem ao País na Seção de Artes Gráficas no Salão Nacional de Arte Moderna.

Em 1943 participou de exposição coletiva em Londres, em homenagem à RAF, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro e de várias mostras itinerantes.

De 1944 a 1948, participou de exposições individuais no Rio de Janeiro, 1949 em São Paulo, 1950 em Salvador e 1951 em Recife.

Em 1948 expôs em Curitiba, sendo homenageado pelo governo paranaense com Salas Especiais no XVIII Salão Paranaense e no 5º Salão de Arte Religiosa Brasileira em Londrina.

O Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná, deu o nome de "Poty Lazzarotto" ao moderno Atelier Livre de Gravura, inaugurado em 1968.

Em 1967, esteve no Xingu e junto com os sertanistas Orlando Vilasboas e Noel Nutels, fizeram cerca de 200 esboços sobre hábitos e costumes dos índios, em seguida este material fora aproveitado para gravuras e desenhos definitivos. Com eles preparou exposição em Bruxelas e Londres, promovidas em 1968 pelo Ministério da Indústria e do Comércio.

Em 1969, a convite do Itamarati, expôs em Washington, uma coleção de talhas em madeira, obtendo excelente receptividade.

Em 1950, organiza o primeiro curso de gravura do Museu de Arte de São Paulo, tendo também ministrado cursos na Bahia, Recife e Curitiba.

Foi um dos ilustradores mais solicitados pelos editores do País, obras como de Guimarães Rosa,

Mário Palmério, Alcântara Machado, Hermann Melville, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dalton Trevisan, Gilberto Freyre, Tchekov, Gorki, José Cândido de Carvalho e muitos outros. Seus desenhos enriqueceram as capas de editoriais.

Suas águas-fortes originais ilustram os "Contos de Machado de Assis", na edição Cem Bibliófilos do Brasil.

Recebeu o primeiro prêmio no Setor Livros, na X Bienal de São Paulo em 1969, para edições avulsas.

Entre as obras monumentais que executou, destacam-se: trabalhos da Praça 19 de Dezembro; Palácio Iguaçu (madeira gravada); Aeroporto Afonso Pena e Hospital de Clínicas; Centro Politécnico, painel em azulejo no terraço do Banco do Brasil em Curitiba; grande painel em madeira na residência de João Proença Filho (Rio); salões e dependências dos navios Ana Nery e Rosa da Fonseca (madeira e gravura); no Banco Português em Copacabana; painel em madeira na Casa do Brasil; Cité Universitaire, Paris; saguão e bar do Continental Palace Hotel (Rio); painel para a sede do BNH (Rio); painel para a sede do Banco de Desenvolvimento do Paraná, em Curitiba; para o centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Rio); para a entrada da Cidade da Lapa, para o Monumento ao Tropeiro; o monumento de inauguração da Rodovia do Café) concreto aparente; os painéis em concreto da Praça 29 de Março em Curitiba.

Poty - Premiações

1943 - Medalha de Prata do Salão Nacional de Arte Moderna - Seção desenho e artes gráficas.

1948 - Prêmio de Viagem ao Brasil do Salão Nacional de Arte Moderna (desenho e artes gráficas).

1949 - Medalha de Ouro do Salão Nacional de Arte Moderna (desenho e artes gráficas).

1956 - 1º Prêmio do Salão Ferroviário (gravura).

1956 - Medalha de Prata do Salão de Belas Artes do Rio Grande do Sul (gravura).

1964 - Bienal de São Paulo - Setor Livros - 1º Prêmio pelo conjunto das ilustrações para o Canto para as Transformações do Homem, de Moacyr Felix.

1969 - Bienal de São Paulo - Setor Livros - 1º Prêmio pelo conjunto das ilustrações para Sagarana, de Guimarães Rosa. Em um traço peculiar, Poty retratou Curitiba, deixando aproximadamente 100 painéis e monumentos expostos, além de incontáveis gravuras.

Ilustrador, gravador, desenhista, amigo de pessoas renomadas como Carybé, Oscar Niemeyer, Domício Pedrosa, Ênio Marques Ferreira, Darcy Ribeiro, entre outros.

Ilustrou livros de autores como Machado de Assis, Guimarães Rosa, Lygia Fagundes Teles, Autran Dourado, Edgar Allan Poe e Gorky.

Pelas obras magníficas, por ter feito seu trabalho com competência e seriedade, por ter deixado seu vasto trabalho na coletividade paranaense, que ora apresentamos para que seja denominado Poty Lazzarotto a uma escola estadual no Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 231/98 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Amigos e Moradores dos Bairros da Vila Lindóia, Vila Fani e Região, com sede e foro na Cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em, 09.06.98.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amigos e Moradores dos Bairros da Vila Lindóia, Vila Fani e Região, foi fundada em 08 de abril de 1988, inscrita no CGC/MF nº 80.764.806/0001-95, com sede na Rua Durval P. Carvalho, s/nº, na Vila Lindóia, nesta Capital.

É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, políticos e religiosos. Tem por finalidade o estudo dos problemas relativos à melhoria e adaptação do ambiente urbano as aspirações coletivas, a articulação com o comércio, com a indústria em geral e com a comunidade no sentido de solucionar adequadamente esse caso, desenvolvimento de atividades recreativas, sociais e esportivas, assistenciais e culturais que estiverem a seu alcance.

Em anexo, relatório circunstanciado das atividades da Associação especificando o número das pessoas atendidas.

Sua última diretoria foi eleita em 1996 e não recebe qualquer tipo de bônus ou gratificações.

A Associação de Amigos e Moradores dos Bairros da Vila Lindóia, Vila Fani e Região já é Declarada de Utilidade Pública Municipal, pela Lei nº 8.336 de 08.12.1993.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vou suspender a sessão por cinco minutos, para os preparativos da Promulgação da Emenda Constitucional nº 5, aprovada por esta Casa e com sua redação final já aprovada. Faremos a promulgação com a presença do Desembargador Henrique Lenz Cesar, Presidente do Tribunal de Justiça e do Desembargador Inácio de Mello Vice-Presidente do Tribunal.

Sessão suspensa por cinco minutos.

Sessão reaberta com a presença do Desembargador Henrique Lenz Cesar, Presidente do Tribunal de Justiça e do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Inácio de Mello, vamos proceder a promulgação da Emenda Constitucional nº 5 à Constituição do Estado do Paraná.

O Sr. 1º Secretário procederá a leitura da emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
(Lê Emenda):

“EMENDA Nº 5
À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, promulga nos termos do § 3º do art. 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. único. A alínea p, acrescida das alíneas q, r, t, u, v, e x, do inciso III, do art. 103, da Constituição Estadual, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 103

III -

p) os crimes contra a pessoa, excetuados os crimes dolosos contra a vida;

q) os crimes contra a propriedade imaterial;

r) os crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos;

s) os crimes contra os costumes;

t) os crimes contra a incolumidade pública;

u) os crimes contra a paz pública;

v) os crimes de corrupção de menores e;

x) as demais infrações a que não seja cominada pena de reclusão, isolada, cumulativa ou alternativamente, exceto as falimentares.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 09.06.98.

ANIBAL KHURY - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário

NELSON GARCIA - 2º Secretário”

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 5 à Constituição do Estado do Paraná. Convido o 1º Secretário e o 2º Secretário, para comigo assinarem o ato de promulgação. Determino a sua publicação no Diário da Assembléia e no Diário Oficial.

Considero promulgada Emenda nº 05.

Determino novamente a publicação no “Diário da Assembléia” e no “Diário Oficial do Estado”. Repete-se aqui nesta Casa a tese de Montesquieu: “Três poderes independentes e harmônicos entre si”. Folgo em dizer que, temos mantido com o Tri-

bunal de Justiça, o Poder Judiciário um respeito mútuo, uma admiração pelo nosso Poder Judiciário. Folgo também em dizer que, o Tribunal de Justiça tem recebido desta Casa todo apreço, toda consideração e todo respeito que realmente merece. Vamos proceder uma salva de palmas dos Senhores Deputados.

(Aplausos)

Concedo a palavra ao Desembargador Henrique Lenz César, Presidente do Tribunal de Justiça.

O DR. HENRIQUE LENZ CEZAR

Inicialmente solicito vênias para ocupar esta tribuna deste recinto notável e respeitado da nossa Casa de Leis do Paraná.

No momento em que recebo do Senhor Presidente e da Mesa Diretora a promulgação da Emenda nº 5, demonstro mais uma vez, aos ilustres Deputados, o reconhecimento do Poder Judiciário a essa doughty Assembléia Legislativa.

Trata-se, como puderam discutir e sentir, tão somente uma acomodação legislativa às condições do exercício da jurisdição no Tribunal de Alçada e no Tribunal de Justiça um advento da lei dos juizados especiais. Evidentemente houve um esvaziamento da 2ª Instância, reduzindo consideravelmente a competência e a atribuição de julgamentos do egrégio Tribunal de Alçada. Vez que a competência para esses crimes de pequena potencialidade ofensiva passou a ser julgado pelos juizados especiais. E, o inconformismo das partes a serem manifestados perante as turmas recursais e não do egrégio Tribunal de Alçada. Com isto, houve uma redução enorme na atividade jurisdicional do Tribunal de Alçada. A par disto, também se tratava de uma certa correção legislativa. Por exemplo: era de competência do Tribunal de Alçada o julgamento dos crimes contra o patrimônio. Mas, se acaso, esse crime fosse cometido com a participação de um menor, tratando-se portanto, de um concurso de crimes no qual ocorreria a corrupção de menores na lei extravagante, o crime passava a ser de competência, por força atrativa para o Tribunal de Justiça. Então, quadrilha, bando, roubo, furto, estelionato, desde que participasse um menor, bastaria esta participação para ser carreada e retirada da competência do Tribunal de Alçada, toda a marcha do processo e julgamento dos crimes contra o patrimônio.

Vale isso dizer, nós temos no Tribunal de Justiça duas (2) câmaras criminais, portanto, oito (8) juizes julgando todos dos crimes de competência mais alta, mais elevada e com essa reforma não se esvazia a competência do Tribunal de Justiça, não se diminuem, as suas atribuições dos crimes de maior potencial ofensivo, como dos crimes contra a vida, contra os crimes hediondos, como dos crimes da

sedução, do estupro. Mas, por outro lado, no Tribunal de Alçada temos quatro (4) turmas de quatro (4) juizes cada uma, conseqüentemente dezesseis (16) juizes. É de se ver numa logicidade simples de oito (8) juizes passavam a julgar obrigatoriamente mais de 30 processos mensais enquanto, dezesseis (16) juizes julgavam menos de dez (10) processos mensais. É uma justa, portanto, distribuição, também, de serviços e o equilíbrio normal entre os dois tribunais. Isso equivale a uma prestação Jurisdicional, mais acelerada, mais rápida e com maior presteza.

Comentamos durante muito tempo, que o nosso País é o país da impunidade e o Secretário Alborghetti à abertura desta sessão, se pronunciou sobre "o poder que abre as asas da liberdade sobre nós". De fato, assevero: É o Poder Judiciário, aquele que assegura a todos nós, cidadãos, o direito maior do exercício da nossa cidadania, que é o direito de ter direitos e vê-los reconhecidos, vê-los declarados, vê-los exercitados. Por isso, essa distribuição de serviço entre os juizes, de forma eqüitativa, de forma equilibrada, não diminui nenhuma competência de tribunal, mas se dá isso sim, a resposta mais eficiente a sua comunidade.

Por isso, compreendendo o quanto os senhores discutiram esta matéria, o quanto foi ela discutida, deglutida, mastigada e macerada, amadurecida e votada, rendo as minhas homenagens de agradecimento a esta douta Casa de Leis.

Não posso, entretanto, deixar de me referir ainda, além de dar-se a presença do ilustre Deputado Joel Coimbra, que foi o autor desta Emenda Constitucional, que outras poderão ainda ocorrer. Saberemos que vindo da proposta que é do Judiciário, quer desta douta Casa de Leis, todas elas estarão visando o aperfeiçoamento do nosso Poder Judiciário. Hoje, ainda, tivemos outra manifestação da receptividade desta Casa de Leis aos anseios e necessidades do Poder Judiciário.

Agora, mesmo, comunicou-nos o Sr. Presidente e o Sr. Deputado Joel Coimbra, que foi aprovado, na comissão de Constituição e Justiça a reivindicação que será, sem dúvida alguma, o reaparelhamento e a segurança do Poder Judiciário na sua autonomia administrativa-financeira, o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário, o FUNREJUS. O Poder é carente, o Poder é silente, o Poder Judiciário não pode vir às ruas a clamar, a reivindicar, mas ele, sem dúvida alguma, pode apresentar a esta douta Casa de Leis as suas reivindicações que reputa justas, para o perfeito exercício das suas atividades.

Há a chamada LDO que fixa na mensagem havida e ouvida do douto Poder Judiciário, uma fixação de 7% por exemplo, do orçamento, anteriormente já apreciada numa inconstitucionalidade de uma mensagem idêntica de LDO. O Poder Judiciário

tem no mínimo, cento e sessenta fóruns para administrar, cento e cinquenta comarcas e irá para cento e cinquenta e cinco, logo que as demais forem instaladas, conforme aprovação desta douta Assembléia. Tem mais de três mil funcionários e mais de quatrocentos juizes. Tem escrivões do crime que são custeados pelo Poder público, pela folha de pagamento própria do Judiciário, auxiliares de Cartório e fora a estrutura extrajudicial e a cível.

É o Poder Judiciário que custeia estas custas laborativas do Poder Judiciário. Tem que administrar os cento e sessenta prédios. Gasta no mínimo, mensalmente em Curitiba, cento e setenta mil reais em locações para que seus fóruns possam funcionar: Fórum de Família, Juizado Especial, Fórum Criminal. Temos só e tão somente o nosso prédio do Tribunal e o Fórum Cível, os outros, são em lugares alugados, até mesmo a Vara de Execuções Penais. Isto representa um gasto de cento e setenta mil reais mensais, com os quais poderia ter construído o esqueleto completo e dado o Fórum que a única cidade do Brasil não tem, o Fórum de Curitiba.

Perdoem-me por ter me alongado, mas o nosso calor em sentir essa receptividade desta Casa de Leis me leva, sem dúvida alguma também, chorar estas mágoas de público, mas dizer que graças a este entendimento, este respeito com dignidade e com independência entre estes Poderes do Paraná, temos feito o possível para mantermos a dignidade da justiça no Paraná e não termos mais aquela característica de um País ou de um Estado de impunidade. Os Juizados Especiais estão hoje com 33% já de toda a demanda judicial, sendo solucionada em menos de três meses. As soluções, quer na parte criminal, quer na parte cível, tem retirado dos volumes dos nossos cartórios, uma imensidão de processos que resultavam geralmente na impunidade, pelo decurso do prazo da prescrição.

Podemos responder que se esta atividade continuar sendo exercitada desta forma, não mais se falará em crise de justiça, mas se não forem dados elementos necessários, se não forem fornecidos ao Judiciário, talvez sim, então, venhamos efetivamente a sentir o que é a crise da Justiça. A ausência da possibilidade de todo e qualquer cidadão ter o seu direito reclamado, ter o seu direito declarado.

Obrigado, Senhores Deputados, obrigado à douta cúpula da Mesa Diretora desta colenda corte.

Mais uma vez o Poder Judiciário comparece à esta Casa para homenagear a ilustre Casa de Leis do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Esta Presidência agradece a presença do Desembargador Henrique Lenz César e do Desem-

bargador Inácio de Melo neste ato proclamatório da Emenda Constitucional 05. E oferece a Sua Excelência, pode-se dizer, um exemplar da emenda autenticada pelo Presidente, pelo 1º Secretário e pelo 2º Secretário desta Casa.

Suspendo a sessão por cinco minutos para que os Deputados possam cumprimentar os nossos visitantes ilustres.

Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Luiz Claudio Romanelli para assumir a presidência desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO

Primeiramente, minha saudação ao Presidente do Tribunal de Justiça, que esteve presente conosco há poucos instantes, Doutor Henrique Lenz César, Doutor Darci Nasser de Mello, pela presença e pelo belíssimo discurso proferido aqui na Assembléia Legislativa.

Também meus cumprimentos e minha saudação ao Presidente, Deputado Anibal Khury, que acabou de se retirar da Presidência. Em razão do que acabou de acontecer e pelo fato do eminente Presidente ter se retirado deste Poder, eu havia até apontado aqui alguns assuntos que iria abordar na presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para que pudesse ficar evidentemente claro também, o que este Deputado tem recebido, com relação ao que vem acontecendo no Estado do Paraná, principalmente no meio da nossa sociedade, nosso povo, do povo mais simples, mais pobre deste Estado.

Lamento não poder neste instante fazer as devidas colocações que gostaria de ter feito aqui. Até porque, o assunto que iria abordar, vou deixar para outra oportunidade, mas quero ter o prazer amanhã ou depois ainda, na presença do nosso eminente Presidente da Justiça, aqui neste Poder, de falar um pouco também em nome do povo do Paraná, o qual represento com muita dignidade.

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Queria deixar registrado nesta tarde, um movimento que aconteceu hoje pela manhã na BR-277, no Trecho Irati-Relógio: hoje, por volta das 5 ou 6 horas da manhã, houve um movimento muito forte com relação ao início da cobrança de pedágio naquele trecho de estrada. O trecho, principalmente de Irati-Relógio, foi um trecho onde tive, por diversas vezes, utilizando-me desta tribuna, denunciando o seu péssimo estado de conservação e lamentando, ao mesmo tempo, as mortes e vidas que ali se foram.

Hoje o trecho encontra-se praticamente pronto. Aliás, a pista de rolamento e parte dos acostamentos estão prontos.

Mas não poderia deixar de registrar aqui também, e lamentavelmente tenho que fazer isso: primeiro, que no dia de ontem, mais um trágico acidente - já na estrada boa, já na estrada sem buracos, pintada, ajeitada, roçada, sinalizada. Um trágico acidente! Aliás, dois trágicos acidentes! Que evidentemente, já não era o problema dos buracos e da má sinalização. Mas os acidentes ocorreram na estrada esburacada também.

Então, os acidentes continuam ocorrendo nas estradas boas e nas estradas ruins.

Então, quero deixar registrado este trágico acidente que já ocorreu na estrada totalmente recuperada.

Mas, hoje pela manhã, participamos de um movimento, juntamente com o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Paraná, daqueles que não têm patrão, daqueles, Deputado Rosinha, que o patrão dele é ele próprio e a sua tenda de trabalho é a cabina do seu caminhão. E ali ele sai durante todo o tempo, todo o ano e muitos anos, fazendo do seu serviço o ganha-pão para a sua família.

E, hoje pela manhã, juntamente com o Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos, fizemos um movimento, Deputado Nelson Tureck, naquela estrada que Vossa Excelência passa seguidamente, ali onde foi interrompido o tráfego por algumas horas, pacificamente, os carros pequenos passando e os caminhões, Deputado Nereu Moura, os carreteiros, os caminhoneiros, os motoristas dos mercedes, dos caminhões menores, parados ao lado do acostamento e ali recebendo uma mensagem do Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos; contestando, evidentemente, pelo pagamento do pedágio. Pelo pagamento absurdo do preço do pedágio.

Já existe um movimento dentro do Estado do Paraná, que sabem os motoristas, os carreteiros, que é irreversível, parece-me, a cobrança do pedágio. Mas, o preço tem que ser revisto, senão a sua absolvição na sua totalidade, o preço tem que ser revisto.

Queria deixar registrado aqui, nesta tarde, o manifesto entregue pelos sindicalistas dos caminhoneiros autônomos, nesta Casa. Vou fazer a leitura em seguida.

Mas antes, porém, uma observação. Vindo de Irati a Curitiba, o que me chamou a atenção ali, no Posto do Porto Amazonas, entre Palmeira e Spréa, aliás, tem dois postos de pedágio ali, e hoje começou, pagamos lá naquele adiante de Irati. Às 10 horas liberamos o trânsito, passamos para o lado de lá, daí o consórcio liberou e não pagamos, mais de mil caminhões, uns cinco ou seis quilômetros de caminhões lá. Depois, na volta, é claro, os carros

pequenos tiveram que pagar o pedágio, nós pagamos.

Mas, aqui no Porto Amazonas, o que me chamou a atenção na cobrança do pedágio? Cheguei ali... pedágio R\$2,50. Aí a pessoa que atendia ali na cobrança, no guichê, me dizia o seguinte: "o senhor quer o ticket ou não quer o ticket?". Disse: quero o ticket, estou pagando! Aí ela me deu. Peguei uma fila já, uma fila atrás de mim e toquei, e daí fiquei imaginando: mas, por que aquela funcionária do consórcio perguntou - não me conhecia, obviamente - se eu queria o ticket de R\$2,50 ou não?

Cheguei à seguinte conclusão, Deputado Horácio Rodrigues: aquela pessoa começou a trabalhar hoje. Hoje à zero hora e um minuto, e teria por dever entregar o ticket para quem quer que fosse ali. Fazer uma pergunta a um de seus usuários: o senhor quer o ticket ou não? Eu peguei!

O que imaginei: que possa, já de início, de começo, Deputado Zuk, Deputado Romanelli, Deputado Luiz Carlos Martins, já de começo, se eu não pegasse o ticket, evidentemente este meu ticket iria servir para uma outra pessoa, com certeza, um outro carro que viria atrás de mim. E automaticamente começa a desconfiança total e absoluta, porque daqui a seis meses vem a prestação de contas e eles vão dizer que o movimento não é o previsto no orçamento e que tem que aumentar o preço. Aí, começa-se a fazer o "Caixa 2", e é aí que quero chamar a atenção dos companheiros.

A minha preocupação é que, na santa inocência da funcionária ou não, o fato de não entregar o ticket, o comprovante, pode estar sendo feito para facilitar a campanha e etc.

Fica registrado aqui, já de início, a minha preocupação com o que aconteceu com o Deputado Toti Colaço. Tinha mais gente dentro do meu carro, como testemunha.

Além de contestar o pedágio, hoje estou também contestando o valor, porque já que o pedágio não tem reverso, vou ter que discutir o valor. Olha, R\$2,50 por eixo. Hoje pela manhã, quando diziam que os produtos agrícolas não pagavam pedágio e pararam um caminhão na nossa frente, que pagou 13, 14 reais. Perguntei o que levava e ele disse que era farelo de soja, e não teve jeito, teve que pagar.

É bom que o Governo fique atento. A liberação do pedágio, até o final do ano, para os produtores agrícolas, já é uma desconfiança, mas entregar nota fiscal, entregar tudo, e tem gente que até relógio está entregando por aí, é uma preocupação muito grande.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Toti, tive a infelicidade de, ontem à noite, ser o inaugurador do pedágio entre Irati e Guarapuava. Estava um grande contingente policial

fortemente armado, nas três praças de pedágio: na Serra da Esperança, nas proximidades de Irati e nas proximidades de Palmeira, e o que se percebia claramente era a insatisfação da população, dos motoristas de caminhão, dos motoristas de carros leves ao pagar o pedágio.

Mas, isso que Vossa Excelência relaciona, este sentimento que podemos observar, é a demagogia, Deputado Toti Colaço, do Governo do Estado, com relação à isenção da cobrança do pedágio até as eleições. Uma atitude politiqueira, uma bomba de efeito retardado, porque é certo que esta medida visa tão somente um fim eleitoral, porque o Governador Jaime Lerner sabe que o pedágio representa o seu "calo", representa para ele a possibilidade clara, transparente, cristalina, de ser derrotado nas eleições do dia 04 de outubro.

Pois bem, o que arquitetou o Governo do Estado isentando os caminhoneiros que carreguem produtos agrícolas até a eleição? Na verdade, se acende um estopim, para que no dia 5 de outubro, numa possível vitória do atual Governo, seja dado um reajuste nas tarifas do pedágio, retroativa, para que os caminhoneiros do Paraná paguem, por esta isenção de quatro meses, uma isenção política, eleitoral, e que, infelizmente, não está conseguindo enganar o nosso motorista, a nossa população, que está usando as rodovias do Paraná, e também aqueles que não usam, porque aqueles também irão pagar essa taxa, que realmente está sobrecarregando o nosso povo.

Então, nobre Deputado, a manifestação de lá foi oportuna como outras tantas que estão pipocando e irão pipocar pelo Paraná inteiro na defesa dos interesses da nossa população contra uma injustiça perpetrada pelo Governo do Paraná.

O SR. TOTI COLAÇO

Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Só, respondendo aqui ao Deputado Nereu Moura, a preocupação do aumento a partir do ano que vem, não vai ter não. Vossa Excelência fique tranquilo que isso não vai acontecer, até porque, o Governo será outro e daí não vai ter aumento, vai ser o Requião que vai mandar nesse negócio e a coisa vai ser discutida de forma diferente. Não vai ter aumento, não. Isso não tenho preocupação nenhuma.

Um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Toti Colaço, ouvia com atenção o seu pronunciamento e também ouvia o aparte do Deputado Nereu Moura, e realmente vejo que existe uma preocupação muito grande quanto as eleições de 4 de outubro.

Em nenhum momento aqui essa discussão entrou no campo da transformação, da necessidade de oferecermos para o interior do Estado boas rodovias. Qual o benefício de termos concessionado as rodovias cobrando pedágio para a industrialização do Estado?

Quando se fala, aqui, de que o Governador, ao isentar os produtos agrícolas, fez uma medida política, quero dizer ao Deputado Nereu Moura, que num primeiro momento, e essa é a visão do Governo, nunca vamos baixar o nível, vamos permanecer no nível de quem está com a visão de mudar este Estado, porque se for para continuar na mesmice, não queremos governar o Paraná.

Mas, o que quero dizer ao Deputado Nereu Moura, como resposta, quando ele vem com esta preocupação de quem vai ganhar as eleições no dia 4 de outubro. Ora, se tivéssemos só a preocupação com as eleições, deixaríamos o pedágio para depois das eleições. Estamos, sim, preocupados com as próximas eleições.

Agora, é importante que se diga: no momento em que se cobra o pedágio, temos que ter um tempo necessário para que o custo-benefício seja avaliado pelo próprio transportador, porque no primeiro momento o transportador vai jogar o custo do pedágio em cima do transporte; num segundo momento vai haver a concorrência, e com a concorrência não existe no pedágio somente o custo, existe também o benefício.

Segundo levantamento e estudos feitos por técnicos diminuí o consumo de combustível em 40%, a manutenção é evidente e é claro que também existe uma diminuição de manutenção, e outros fatores que poderíamos aqui, inclusive, enumerar que é a questão, como disse o Deputado Toti Colaço, e aí não entendi bem o pronunciamento do Deputado Toti, quando ele cita os acidentes que ocorreram ontem. É claro, Deputado, que existiam acidentes, vão existir acidentes e vão continuar existindo, só que Vossa Excelência deve reconhecer, que não na proporção que existiam.

Outra questão, muitos dos acidentes que Vossa Excelência subiu nesta tribuna e fez aqui, lamentando a perda de vida e de pessoas que foram acidentadas, foram devido às péssimas condições do Estado.

Agora, quero ressaltar, Vossa Excelência faz o pronunciamento da tribuna como Deputado do PMDB, quero dizer a Vossa Excelência que o Ministério dos Transportes do Governo Fernando Henrique é dirigido pelo Ministro Eliseu Padilha, que é do PMDB. Se Vossa Excelência tivesse usado de todo o seu prestígio político do PMDB do Paraná, poderiam ter convencido o Ministro a recuperar as rodovias federais, porque foi a tentativa do Governador, e o Governador não alcançou seus objetivos.

Vossa Excelência sabe muito bem que o Governo Federal não tinha os recursos para recuperar, o Governo do Estado não tinha os recursos para recuperar. E nós que queremos levar a industrialização para o interior do Estado, que é importante criar oportunidades para o nosso amigo que está no interior. E que ele não tenha que pegar a mala e ir para São Paulo e vir para Curitiba. Precisamos oferecer boas rodovias.

Assumimos, sim, o Anel de Integração, os seus prejuízos e lucros. O nosso interesse não está nas eleições, como fala o Deputado Nereu Moura. A nossa preocupação é a de desenvolver o Estado como um todo.

Ainda ontem no meu pronunciamento, Deputado Toti, quando falava como Líder do PTB, fiz uma pergunta à população paranaense.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Permita-me um aparte?

O Sr. Valdir Rossoni

Quem concede aparte é o Deputado Toti. Mas posso lhe conceder alguns minutos no Horário do PTB, se o Presidente permitir, Deputado Toti, porque estou ocupando muito o seu tempo. Esse debate é salutar e importante, Vossa Excelência tem um ponto de vista e tenho outro.

Tenho certeza absoluta - para quem estudava em Curitiba, quando o Governador Jaime Lerner desapropriou os terrenos para a área industrial de Curitiba e quando ele transformou a Rua XV numa rua só de pedestres, lembro-me muito bem o problema que isso gerou. Hoje vemos que isso foi modelo para o Brasil. E tenho a certeza absoluta que o que estamos implantando no Estado, dentro de pouco tempo vai ser modelo para o Brasil. E estas transformações e investimentos que estão acontecendo no Paraná, sem sombra de dúvida, os paranaenses saberão reconhecer na hora oportuna.

O Sr. José Maria Ferreira

O Governo do PMDB fez um projeto de 172 milhões de reais, recuperando quase todas as rodovias do Paraná sem cobrar "um pila" de pedágio.

Além disso fica clara a posição política do Governo do Estado, quando isenta os caminhões para começar a cobrar no ano que vem. Por que eles não têm a coragem de cobrar a partir de agora? Justamente porque têm uma visão eleitoral. Isso é inegável. Não tem como tapar o sol com a peneira.

O SR. TOTI COLAÇO

Agradeço os apartes dos Deputados Valdir Rossoni, Nereu Moura e já concedo o aparte ao Deputado Vanhoni.

Mas antes, quero deixar um pouco claro com relação ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni - o Eliseu Padilha, que é Ministro do Fernando Henrique Cardoso, do PMDB - ninguém está negando a sua postura e nem o seu Ministério. Mas é bom que se diga que há três anos atrás, a BR-277 tinha sofrido uma grave alteração com relação às rodovias nacionais. Constava no Orçamento há dois anos atrás, da União, recursos já necessários para se fazer pelo menos o trecho de Palmeira a Irati-Relógio. Já havia recursos do Orçamento alocados para que se fizesse aquele recape que fora feito depois.

Quem foi pedir para assumir a BR-277, Pesuti, foi lá em Brasília dizer que queria estadualizar o trecho de Paranaguá a Foz do Iguaçu, não foram o Ministro e nem o Fernando Henrique que vieram aqui e quiseram entregar esta estrada. Foi o Governo do Estado que foi lá e disse: "quero assumir esta estrada, que é Federal e vou ajeitar esta estrada". E por esta razão que o Estado assumiu este trecho, hoje, todo, da BR-277 e que ficou sob a responsabilidade do Estado. Porque se não fosse, estaríamos cobrando hoje ou anteriormente já teríamos feito talvez esta reforma no trecho de Irati-Relógio do nosso Ministro Eliseu Padilha. Teríamos cobrado dele, colocando a espada no seu pescoço. Porque afinal de contas, o que eu estaria fazendo lá hoje? O que vou pedir para ele? Qual é a estrada que tem que se fazer hoje, aqui? É só a BR-153, Pesuti. Estive lá em Brasília há vinte dias atrás, cobrando dele este trecho e o melhoramento da MERCOSUL, que liga Irati até União da Vitória. Estive lá junto com o Ministro Eliseu Padilha, disse para ele que agora ele não tem o compromisso de ajeitar a 277 porque o Estado assumiu, só que o Estado vai cobrar do povo. Falei que já que agora o Ministro não tem que fazer esta estrada de Foz do Iguaçu até o Porto de Paranaguá, que faça a BR-153, faça a Rodovia do MERCOSUL. Falei isso ao Ministro, com todas as letras.

Agora, só para deixar claro, por mais que se justifique, por mais que se explique, por mais que isso ou que aquilo, o pagamento do pedágio não é o caminhoneiro sozinho que vai pagar! Não são as empresas transportadoras, é o povo que vai pagar! São os nossos funcionários da Assembléia que vão pagar, é o povo de um modo geral que vai pagar os melhoramento, não tem outro jeito!

Passou comida lá em cima daquele trecho, comida indo e voltando, aquela comida vai abastecer alguém e o custo dessa alimentação que vai daqui para lá e vem de lá para cá, no final vai ter um custo para o supermercado, para o atacadista, para o boteco, para o armazém. Claro que vai ter um custo! Só que um custo muito mais alto, não somente os R\$2,50 ali no custo final dos produtos,

porque aí começa aquela coisa de exploração: "Agora tem mais o pedágio e patati e patatá". E quando você vê, tem lá 10, 12, 15% nas costas da comida que vai para o nosso operário.

E o agricultor? Onde ele vai se pegar? Não tem onde espernear, estive nesta região e vi que o agricultor nosso nem tem para quem reclamar! Sou contra o pedágio, espero que Vossa Excelência entenda.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Toti, nunca neguei aqui que Vossa Excelência é um Deputado trabalhador e também nunca disse aqui que Vossa Excelência não foi a Brasília reivindicar melhorias nas rodovias, jamais. Quero deixar aqui o meu reconhecimento público.

Veja Vossa Excelência como é difícil fazermos um debate aqui. Gostaria só de fazer uma pergunta a Vossa Excelência: este projeto de concessão de rodovias é um projeto do Deputado Neivo Beraldin...

O SR. TOTI COLAÇO

Neivo Beraldin apoiado nesta Casa aqui, vamos ser claros. Agora, está escrito na lei, que quem tem que cobrar o pedágio é o Governo do Estado, está escrito na lei. Não foi dito que era a concessionária que tinha que cobrar...

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Toti, não acabei o meu aparte. Vossa Excelência está muito irritado, não sei se realmente esta questão da rodovia, do Anel de Integração está machucando aqui, porque podemos aqui travar o debate sem alterar a voz.

Só queria fazer uma pergunta - porque aqui não tenho o conhecimento dos números - quero saber se Vossa Excelência votou contra ou a favor do projeto?

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Toti Colaço, gostaria que o senhor me respondesse se terei o direito a um pequeno e breve aparte? Senão o Líder do Governo vai monopolizar o seu tempo.

(Assentimento).

Deputado Toti, o senhor levanta as questões relativas ao pedágio e acho que têm duas questões que deveríamos tentar enfocar. A primeira delas é a forma como o Governo encaminhou o processo de concessão no Estado do Paraná, loteando as estradas em seis lotes e transferindo o controle dessas estradas para a iniciativa privada. Não foi feita nenhuma discussão com a sociedade, foi feito em ritmo de segredo absoluto. O Governo argumenta que não tem recursos para financiar o desenvolvi-

mento das estradas no Estado do Paraná e muito menos para conservá-las.

É verdade, o Deputado Valdir Rossoni disse agora mesmo: "De onde viria o dinheiro?" O Estado não tem dinheiro. Faço a seguinte pergunta: sabe quanto que o IPVA é o arrecadado no Estado do Paraná? Duzentos milhões de reais ao ano, no Estado do Paraná. E aonde vai esse dinheiro? Não tem ido para a conservação das estradas no Estado do Paraná.

As empreiteiras gastaram para recuperar o Estado, 90 milhões de reais em todo o Estado. Sabemos que a receita dessas empresas em 2 meses de pedágio é 45 milhões por mês. Em 2 meses de cobrança de pedágio, as empreiteiras pagarão tudo que emprestaram do BNDES.

Então, o que está por trás desse processo do pedágio, é uma discussão que o Governo tenta esconder. Porque como disse o Deputado Valdir Rossoni, olha, não é eleitoreiro, tanto que vamos cobrar pedágio agora. Não é verdade isso. É exatamente porque o Governo não tem nenhum "tostão furado", e porque o Governo na realidade, fez algo que tenta esconder da sociedade com o conjunto das empreiteiras no Estado do Paraná, que está introduzindo a cobrança do pedágio, porque se não, a pergunta que o Deputado Nereu faz, temos que invertê-la. Se é possível isentar aqueles que transportam mercadorias até o mês de dezembro, por que não é possível isentá-los então durante a longevidade do período da concessão? É lógico que é eleitoreiro. A resposta do Governo diante da insatisfação, porque o pedágio nada mais é do que mais um imposto que a população vai pagar, dos que já estão sendo arrecadados e desviados da sua função principal, que é a conservação das estradas, o investimento em hospitais, em educação. E o Governo não faz isso. Está investindo na Renault, na Crysler e pagando os custos da máquina administrativa do governo e a Folha de Pagamento. Há um desvio de recursos públicos, na realidade, das suas finalidades.

Então, acho que o Governo não tem como justificar a introdução do pedágio. Não é verdade que é assim que acontece em outros Estados. Por exemplo: V. Exa. sabia que em São Paulo há um percentual, do ponto de vista do estado na arrecadação do pedágio, que é para o Estado? Não é o lucro simplesmente para os grandes empreiteiros paulistas que exploram a concessão de determinadas rodovias no Estado de São Paulo. O Estado abriu essa discussão, e determinado percentual do lucro volta para o Estado. Para quê? Para que sejam investidos esses recursos não apenas na conservação de estradas, mas para investir em educação, saúde e assim por diante. Era esse o aparte que gostaria de fazer.

Muito Obrigado.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Toti, apenas para dizer que quando esse projeto veio para Casa, meu voto foi contrário e nominal.

O SR. TOTI COLAÇO

Muito bem, Deputado Ricardo Chab.

De qualquer maneira o Governo teria que estar cobrando e não está, passou para terceiros cobrarem.

(Lê):

"Sindicato dos Caminhoneiros Autônomos do Estado do Paraná".

Quase tudo que comemos, vestimos, passa pelas rodovias do Anel de Integração, que durante anos estiveram abandonadas pelo Governo Federal. Agora, a iniciativa privada está fazendo a sua conservação em troca da cobrança do pedágio.

Todos temos consciência de que o Estado, as rodovias, precisam melhorar. E ao que parece ninguém está inteiramente contra a idéia do pedágio. Mas os valores que estão sendo apresentados afetam drasticamente a economia paranaense, provocando o aumento de preço dos produtos agrícolas e industrializados. Além disso, ameaça a sobrevivência dos caminhoneiros autônomos do Paraná, que não têm a menor condição de arcar com mais esse custo.

O Movimento SOS Pedágio, defende os interesses dos caminhoneiros e de toda a sociedade paranaense, que muitas vezes não se dá conta da importância do transporte rodoviário em seu dia a dia. As concessionárias das rodovias não foram sensíveis as nossas propostas, obrigando a mobilização da categoria. O que aconteceu lá no norte do Paraná, aconteceu em Irati hoje, vai acontecer em outro trecho lá.

Não concordamos com os atuais preços do pedágio, a sobrevivência dos caminhoneiros, requer no mínimo a redução de pelo menos 50% desse valor. Não aceitamos pagar pelo pedágio de pista simples, e onde estão as vias alternativas, serão 24 anos de pedágio e Anel de Integração, e esta é a hora de dizermos o que pensamos e o que queremos. E daí, vem o apelo a todos nós motoristas também. "Sua participação é decisiva para o futuro do Paraná e de nossos filhos".

Sr. Presidente, agradeço a atenção de todos e fica registrado aqui em nome dos caminhoneiros do Estado do Paraná, este manifesto que haverá de caminhar também, a exemplo que caminham os nossos motoristas por todas as Rodovias do nosso Estado, privatizadas ou não.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O Sr. Florisvaldo Fier

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde a Legislação passada, tenho recebido denúncias de diárias frias no DNER. E por várias vezes, tentei fazer com que alguns funcionários dessem um depoimento, ou pedissem uma sindicância naquele departamento. Até que ontem recebo uma correspondência de um desses funcionários, que não sei se ele me autoriza ou não a dar o nome. Por isso, não darei o nome. Porém, vou relatar a carta que nos foi enviada:

(Lê):

"Guarapuava, 03 de junho de 1998.

Trabalhei junto com uma turma de motoristas da Cidade de Pitanga, trabalhando no revestimento primário da estrada Guará, Góes, Artiga. Onde trabalhamos juntos duas semanas cascalhando a estrada.

Éramos quatro motoristas daqui de Guarapuava e três de Pitanga. Nós os motoristas de Guarapuava, recebíamos só a marmita ou marmiteix que era fornecida pelo restaurante.

Mas a turma de Pitanga estava hospedada no hotel onde eles, além de receberem as marmitas do trecho, jantavam, pernoitavam e tomavam café da manhã no hotel. No último dia 18 de maio me chamaram na tesouraria para assinar as diárias para pagar as despesas de almoço.

Temia em assinar aquele papel, por motivo que futuramente pudesse vir uma auditoria no DER e eu ser punido junto com os outros motoristas naquela lista. Nesta lista, estavam os nomes de todos os motoristas com RG e contando o valor total da despesa. Fiquei em dúvida de assinar aquele papel e tentei dialogar com o tesoureiro se era certo aquilo, porque eu só tinha recebido os marmiteix e não tinha pernoitado nem jantado no hotel. Mas o tesoureiro me mostrou a fotocópia do cheque que foram pagas as despesas e falou para mim se eu não quisesse assinar aquela despesa, eu iria ter que conversar com o engenheiro chefe.

Respondi a ele que não tinha problema de ter que conversar com o engenheiro chefe e só assim ele me tiraria as minhas dúvidas para eu assinar aquela despesa.

No outro dia de manhã, o engenheiro deu ordem ao chefe do pátio, para que eu não saísse e entregasse a chave do caminhão. Eu cumpri a ordem do engenheiro e fiquei aguardando ele chamar.

Uma meia hora depois, ele me chamou junto com o chefe do pátio para me apresentar na sala dele. Já logo que entrei em sua sala, ele não me deu

oportunidade de explicar o motivo porque eu não queria assinar aquele papel. Já foi falando mesmo sem qualquer justificativa minha, não iria adiantar em nada, porque já tinha tomado uma decisão, que iria me deixar à disposição da Regional e não me queria mais trabalhando no 5º DER.

Tentei me justificar, mas assim mesmo ele não me deu ouvidos e me falou que se todos os problemas que tivesse que resolver, aumentaria o seu serviço e falou que ele deu uma ordem e era para ser cumprida. E agora eu estou em casa, gozando as minhas férias, já que ele não me aceita e me dispensou do distrito.

Comecei a tirar as minhas férias a partir deste mês - 01/06/98, e não assinei nada ainda, esperando o que devo fazer".

Na minha legislatura passada, recebi denúncias de comportamento irregular no DER. O motorista de Guarapuava faz um relato e, por se negar a assinar diárias frias, é colocado em férias sem sequer assinar o pedido de férias.

Quero fazer um alerta dessa situação, se não dadas as férias oficialmente, 30 dias depois é considerado abandono de emprego. E, aquele que se negou a assinar documentos irregulares, poderá ainda ser punido. Para que nada disso ocorra, entrei com um requerimento pedindo ao Secretário de Estado que abra uma sindicância no DER de Guarapuava, para apurar a denúncia trazida por esse motorista. Não podemos permitir que órgãos públicos como o DER, que ano após ano vem ocorrendo essas irregularidades e nada se faz para apurar.

Peço o apoio dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho dois assuntos, mas irei falar primeiro de um assunto que é muito importante a nível de Estado do Paraná, principalmente no que diz respeito ao pedágio.

Quando fomos candidato, em 1994, junto com o Governador Jaime Lerner, o nosso Governador desenhava o mapa traçando o Anel de Integração Regional do Estado, que seria o futuro deste Estado. Para que as indústrias pudessem vir para este Estado do Paraná, queria ter boas estradas, porque do jeito que estavam as estradas, não tinha condições.

Nós que andávamos nessas estradas, víamos uma verdadeira buraqueira. Quantas famílias, quantos amigos, quantas vidas foram ceifadas, prin-

principalmente na nossa região de Campo Mourão - Maringá, que era uma estrada assassina e que nunca um governo tomou providência. A estrada de Campo Mourão - Foz do Iguaçu, quantas pessoas morreram, e temos em testemunho que está aqui hoje, um pequeno agricultor do Distrito de Piquirivaí. O nosso Governador dizia, na época, que esse Anel de Integração teria toda a infra-estrutura. O povo votou, acreditou no Governador. Não sabíamos e todos sabiam que iria ter o pedágio, para que tivéssemos boas estradas.

Tem mais uma coisa, se o Governador fosse "polítiqueiro", direi: o Governador não cobraria pedágio antes da eleição, se fosse qualquer outro político.

O nosso Governador mostra capacidade, mostra o respeito que tem pelo Paraná e vai cobrar o pedágio, agora, antes das eleições. É por isso que temos que admirar o povo do Paraná. Um Governador igual ao Jaime Lerner, porque não é politíqueiro. Ele e o Durval Amaral estão preocupados com o futuro deste Estado do Paraná, preocupados com a família do Paraná, com o nosso transporte escolar, com o nosso transporte das cargas pesadas, com o nosso transporte das pessoas que passeiam pelo Paraná.

Porque eu via as pessoas que vinham do Rio Grande, as pessoas que vinham do Mato Grosso, quando chegavam no Paraná, eles diziam: "aqui não tem Governo". Isto era em 92, 93 e 94. Lembrome, quando era Prefeito, diziam: "nem em São Paulo tem estradas boas". "No Rio Grande tem". Mas lá se cobrava pedágio.

Muito bem, o Governo do Estado assumiu as rodovias que são federais e não se preocuparam com as nossas rodovias, e é por isso que tenho que tirar o chapéu para um Governador igual ao Jaime Lerner. Um Governador honesto, trabalhador, preocupado com o futuro, porque este Estado vai ter o futuro com a sua administração, principalmente com a industrialização.

Quero neste momento, aqui, no segundo assunto, dizer do Paraná 12 Meses, do nosso Secretário e Deputado Hermas Brandão, de um grande projeto do Estado do Paraná para o nosso pequeno agricultor e que muitos foram contra, que não queriam que este projeto, este dinheiro saísse. Está aqui, hoje, uma testemunha de um pequeno empresário, de um pequeno agricultor, que recebe recursos do Paraná 12 Meses, principalmente, na pequena associação do Distrito Piquirivaí, do Município de Campo Mourão, que assinou convênio com o Paraná 12 Meses, para receber recursos. Esse é o Paraná do interior do Governo Jaime Lerner.

É por isso, Bonfim, que subi nesta tribuna aqui, hoje, em nome da alegria e da felicidade dos nossos pequenos agricultores do interior do Estado

do Paraná, porque temos um Governador preocupado com ele. Tivemos um Secretário preocupado com o nosso interior, que está presente aqui, hoje, o Sr. Hermas Brandão. Não dá para deixar de falar das coisas boas e que muitos não queriam que acontecessem.

É igual ao pedágio, é melhor para todos e tenho certeza que este Paraná tem orgulho deste grande Governador que é o Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Estou apresentando um requerimento e qual a nossa surpresa, todos os Senhores Deputados, de todas as regiões, de todos os partidos, nenhum deles se negou de colocar a sua assinatura, visto que se trata de um projeto, que na verdade é um requerimento, que tem por finalidade, de uma vez mais, permitir que Deputados e outros segmentos se unam a esse grande líder do Paraná, o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho.

O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho tem liderado diversos movimentos no Estado, todos com grande sucesso, mas muito sucesso mesmo. Estão aí os Prefeitos da região de Foz do Iguaçu, estão aí municipalistas, diversos segmentos da nossa sociedade, que mesmo o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, não sendo militante da política, tem apresentado ao nosso Estado do Paraná grandes conquistas a nível nacional.

Por último, a Gazeta do Povo apresentou, está iniciando um movimento sobre o gasoduto, e esse Deputado, certamente acompanhando o pensamento dos demais companheiros, achou por bem de apresentar este requerimento, que será submetido à votação daqui a alguns minutos.

(O requerimento foi lido no Expediente e levou o nº 1070)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Encerrado o Horário do Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos, passa-se ao Horário das Lideranças. Não há oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Of. AUDIG/RETEX-1001/98, subscrito pelo Senhor Diretor Presidente do BANESTADO S.A., constante do expediente, solici-

Curitiba, terça-feira, em 09.06.98

tando prorrogação de prazo até 31.07.98 para a prestação de contas anual do BANESTADO S.A., Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, BANESTADO Leasing S.A., Arrendamento Mercantil, BANESTADO S.A. Participações, Administração e Serviços e Fundo de Desenvolvimento Econômico/FDE, relativamente ao exercício financeiro de 1997. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1039, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. **Aprovado.** (Com voto contrário do Senhor Deputado Doutor Rosinha).

Requerimento nº 1060 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI.

Requer verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI.

Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI.

Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

A Mesa irá proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam: 34 aprovam.

Os Senhores Deputados que rejeitam: 1 rejeita.

Aprovado o requerimento de inversão da Ordem do Dia.

De conformidade com o requerimento de inversão da Ordem do dia, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, acima aprovado:

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 207/98, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 022/98, que aprova abertura de crédito especial no valor R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, e Criação de uma atividade orçamentária dentro da Secretaria de Estado da Educação, Administração Direta denominada PARANAEDUCAÇÃO. COM PARECER DA C.C.J.- (Publ. no D.A. 71, de 27.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 207/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do poder Executivo visa dispor sobre a aprovação de abertura de crédito especial no valor de R\$75.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, e a criação de uma atividade orçamentária dentro desta Secretaria, denominada PARANAEDUCAÇÃO.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento de nº 1021, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia de hoje, por 10 (dez) sessões. **Não recebido pela Mesa.**

A Mesa informa que de acordo com o art. 159 do Regimento, que ao Projeto em Regime de Urgência, não é admitido conceder adiamento.

Em discussão.

O DR. ROSINHA (Para Discutir)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos votando o item 13 da pauta, que abre crédito para o PARANAEDUCAÇÃO no valor de 75 milhões de reais.

Quero colocar a posição da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Ministério Público do Trabalho esteve analisando a lei que originou o PARANAEDUCAÇÃO, Lei nº 11.970, do dia 19.12.97. De acordo com o Ministério Público do Trabalho, a Procuradoria Geral do Trabalho da 9.ª Região, após estudos fez um arrazoado que lerei partes do que estabelece no documento da Procuradoria Geral.

A lei, de acordo com esse Parecer, nº 11.970, atenta contra a Constituição Federal, e como hoje nós estamos analisando a questão de constitucionalidade, é o momento oportuno para colocar.

Diz que atenta contra a Constituição Federal em vários dispositivos, dentre os quais citam-se os seguintes:

Artigo 1º, que constitui o PARANAEDUCAÇÃO, como pessoa jurídica de direito privado, com a finalidade de atuar no sistema estadual de educação, recebendo recursos orçamentários públicos.

Ora, os artigos 205 e 208, da Constituição Federal prescrevem que a "educação" é DEVER do Estado, portanto, não há como se vislumbrar a instituição de uma "pessoa jurídica de direito privado" para exercer esse mister.

No que diz especificamente ao projeto ora em discussão e em votação, que diz quanto ao recebimento, pelo PARANAEDUCAÇÃO, de recursos orçamentários públicos, quer-se parecer que isso não se coaduna com a regra do art. 213 da Constituição Federal, (cuja interpretação deve ser feita em conjunto com o art. 212, caput, e seu § 2º), que estabelece que "os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei..."

A nova "instituição", a PARANAEDUCAÇÃO não se enquadra em nenhuma das entidades acima mencionadas pela Constituição Federal.

Nós estamos aprovando o repasse de verbas do orçamento do Estado, 75 milhões, a PARANAEDUCAÇÃO, cuja lei está sendo questionada pela Procuradoria Regional do Trabalho, e também pela Procuradoria Geral de Justiça, e também pela APP Sindicato, e inúmeros dos Deputados com assento nesta Casa, aos quais que incluo os Deputados da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da Bancada do PMDB e da Bancada do PSDB.

Continua ainda o Ministério Público do Trabalho, afirmando a inconstitucionalidade daquela lei que ora nós queremos complementar através de orçamento, que o art. 15, § 1º, inciso 2º, que permite à Diretoria Executiva do PARANAEDUCAÇÃO contratar, administrar e dispensar recursos humanos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esse dispositivo não pode passar pelo crivo dos arts. 37, II; 39 e 206, inciso 5, da Constituição Federal.

O Art. 37, inciso II, estabelece que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

O Art. 206, inciso 5, diz que o ingresso no magistério público dar-se-á exclusivamente por concurso público.

Ora, nós estamos querendo suplementar verbas para uma lei que está se pedindo a inconstitucionalidade por todas essas razões que eu estou alertando e que estou extraindo de um documento do Ministério Público do Trabalho.

Não é demais mencionar, continua o parecer, no particular, o que prescreve o art. 67.

Os sistemas e ensino promoveram a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I- ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos."

Sendo assim, como pode a norma estadual impugnada permitir a contratação de recursos humanos sem a prévia aprovação em concurso público?

Esses, esse arrazoado e corroborado com o Parecer da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Quando chama a atenção para o fato, que a lei que criou o PARANAEDUCAÇÃO, Lei nº 11.970, atenta também, não só contra a Constituição Federal, mas contra a Constituição do Estado do Paraná em vários dispositivos, dentre os quais cita-se os seguintes:

O Artigo 1º que institui o PARANAEDUCAÇÃO, afronta os Artigos 177 e 179 da Constituição do Estado do Paraná, que prescrevem que a educação é dever do Estado, portanto, não há como se vislumbrar a instituição de uma pessoa jurídica de direito privado para exercer esse mister.

Além de afrontar esse, também no que diz respeito ao recebimento pela PARANAEDUCAÇÃO de recursos orçamentários, que é o que estamos discutindo agora, quer-se parecer que isso não se coaduna com a regra do Art. 187 da Constituição Estadual, (cuja interpretação deve ser feita em conjunto com o Artigo 185, da nossa Constituição), que estabelece que os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, objetivando atender a todas as necessidades exigidas pela universidade do ensino. Sendo que cumpridas tais exigências, poderão ser dirigidas às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em Lei. Ou seja, dá o mesmo destino a essas verbas que aqueles dados à Constituição Federal. Na data, próxima de votação,

na segunda votação de tal projeto a nossa Bancada também se pronunciará quanto ao mérito. Hoje, procurei deter-me em relação à constitucionalidade.

Por essas razões a Bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra tal projeto ou de repasse de verbas públicas para uma entidade privada, como é o caso do PARANAEDUCAÇÃO. E proximoamente, como disse, analisaremos o mérito.

Era isso, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Para encaminhar, o Líder do PMDB o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão do PARANAEDUCAÇÃO já foi amplamente discutida nesta Casa quando da votação da Lei que a instituiu ainda no ano passado. Naquela oportunidade V.Exa., Deputado Romanelli, o Deputado Caio Quintana e outros Parlamentares da nossa Bancada o PMDB, não só votaram contra a instituição do PARANAEDUCAÇÃO, mas fizeram um amplo debate, uma ampla explanação a respeito da inconstitucionalidade da matéria.

Posteriormente, como já frisou o nobre Deputado Florisvaldo Fier, o Ministério do Trabalho, aqui no Paraná, Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Estadual, através da Procuradoria Geral de Justiça, manifestaram-se também pela inconstitucionalidade desta Lei. Se naquela oportunidade nós entendíamos que era inconstitucional a criação do PARANAEDUCAÇÃO, se o Ministério Público Estadual e Federal também assim se posicionam, nós Deputados do PMDB, Deputados Estaduais do PT, do PSN, PSDB, já nos manifestamos, através de ação proposta perante a justiça, pela inconstitucionalidade da matéria, é evidente que neste momento em que propõe a abertura de crédito à PARANAEDUCAÇÃO, e neste momento em que discute a constitucionalidade da matéria, não seria correto, de forma alguma, que nós do PMDB, que já votamos contrário à PARANAEDUCAÇÃO, que propomos ação junto à Justiça pela inconstitucionalidade desta Lei, não seria correto que nesta hora votássemos à favor deste crédito.

Por esta razão proponho aos Parlamentares do PMDB, que votemos contrário a este projeto de lei por entendê-lo inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Está em votação.

Os Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 207/98, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. ROSINHA

Peço o registro do voto contrário da Bancada do PT.

O SR. NEREU MOURA

Solicito verificação de votação e chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Esta Mesa deferir e procederá à chamada nominal. Trinta Deputados aprovam e cinco rejeitam.

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. registrasse o voto contrário dos Deputados Rosinha, Péricles, Pessuti, Vanhoni e Nereu Moura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Está Aprovado em 1ª Discussão o Projeto de Lei nº 207/98.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/98, de autoria do Deputado Edno Guimarães, que altera o objetivo do plano de aplicação de Lei nº 11.974, de 23 de dezembro de 1997, referente ao Município de Japurá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ.no DA nº 53, de 06.05.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 156/98

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Edno Guimarães visa alterar o objetivo do Plano de Aplicação da Lei nº 11.974/97, referente ao Município de Japurá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação ao aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CÉSAR SELEME - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/96, de autoria do Deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo criar o Batalhão de eventos da Polícia Militar, em Curitiba e a companhia de eventos da Polícia Militar, nas cidades sede dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. (Publ. no DA nº 181/96, de 25.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 516/96

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Ricardo Chab visa autorizar o Poder Executivo a criar o Batalhão de Eventos da Polícia Militar em Curitiba e a Companhia de Eventos da Polícia Militar nas cidades sedes dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 516/96

PARECER:

Relatório

De autoria do nobre Deputado Ricardo Chab, visa autorizar o Poder Executivo criar o "Batalhão da Polícia Militar" em Curitiba e a "Companhia de Eventos da Polícia Militar", na cidades sede dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Estado do Paraná.

Fundamentação

Sendo submetido a apreciação da Douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável a sua tramitação.

No âmbito desta Comissão de Segurança Pública, não vislumbramos nada que possa impedir sua normal tramitação, pois a aprovação do mesmo trará benefícios a Instituição da Polícia Militar do Paraná, sem fins lucrativos.

Conclusão

Dessa forma, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.10.97.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

O SR. RICARDO CHAB

Senhor Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de fazer uma breve explicação com relação a este projeto e até tomar como exemplo dois eventos que tivemos no último final de semana aqui na Capital. O Atletiba no estádio do Pinheirão e a Fórmula Truck no Autódromo Internacional de Curitiba.

No Atletiba, a Polícia Militar fez uso de 700 policiais para cuidarem de um único evento. Tre-

zentos e cinquenta policiais dentro do campo e trezentos e cinquenta fora. Na Fórmula Truck tivemos, segundo o comando da Polícia Militar, duzentos e cinquenta policiais militares.

São novecentos e cinquenta homens da Polícia Militar utilizados em dois eventos apenas. Aí pergunto: De onde saem estes homens? Da rua. No entanto, quem andou em Curitiba no domingo viu a cidade totalmente despolicada porque aquele policial que trabalhou até às sete horas da manhã foi obrigado a voltar às onze para cobrir estes dois eventos.

Então é preciso aumentar esta estrutura da Polícia Militar e para isso precisamos ter o Batalhão de Eventos que é um batalhão organizado, treinado para conter a massa, treinado para fazer com que as torcidas organizadas não promovam esta arruaça que acontece em Curitiba e nos grandes centros. E, hoje, Presidente Romanelli, se contratarmos a dupla Leandro e Leonardo para cantar, colocaremos cinquenta mil pessoas, com segurança, para ouvir o show. O empresário leva o lucro e a Polícia Militar vai cuidar gratuitamente deste evento. Então, há que se estabelecer o que é evento com finalidade lucrativa e vão pagar para ter o policiamento da Polícia Militar porque este policiamento que falta nas ruas de Curitiba está servindo os grandes empresários de eventos que ganham às custas das casas arrombadas de quem mora na Cidade Industrial, que ganham às custas de quem tem, muitas vezes, um filho baleado.

E, fico contente em saber que o Prefeito de Curitiba me ligou para apoiar o projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Está em discussão, votação.

Aprovado.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 013/97, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a transferência da Comunidade de Vista Gaúcha para o Município de Pranchita. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/98, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Guaratuba. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/98, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Olympio de Sá Sotto Maior Neto. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/98, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que altera a redação da Lei nº 11.880 de 25 de novembro de 1997, que declarou de Utilidade Pública o Serviço Social da Construção Civil no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/97, de autoria do Deputado Nereu Moura, que denomina de Monsenhor Raymundo, o trecho que liga a Cidade de Sulina a BR-158. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 502/97, de autoria do Deputado Sérgio Spada, que dispõe sobre a atividade de Despachante de Trânsito perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **EMENDA DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1020 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 502/97 por 10 (dez) sessões.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/97, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Telêmaco Borba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/97, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo, a reverter ao Município de Xambrê o imóvel que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Em votação a emenda. Aprovada.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 062/98, de autoria do Deputado Carlos Simões, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Adelar Bertussi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 062/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Adelar Bertussi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 02.06.98.

(aa) CÉSAR SELEME - Presidente

HIDEKAZU TAKAYAMA - Relator

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 747/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 001/98, que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Instituto de Estudos e Pesquisa da Excepcionalidade - IEPE, imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, conforme especifica. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1055, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielese, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA -

Meu voto é contrário, porque sou contra Juiz Classista.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Fica registrado o voto contrário do Deputado Doutor Rosinha.

Requerimento nº 1069, de autoria do Senhor Deputado Emerson Nerone, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1068, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

4 Senhores Deputados aprovam; 30 Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

Requerimento nº 1070, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, com apoio de Senhores Deputados Edgar Bueno, Ricardo Chab, Nelson Tureck, Cleiton Kielse e demais Senhores Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1014, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1017 e 1018, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1019, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1027, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1029 a 1035 e 1064, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1022 a 1026 e 1043 a 1047, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1061, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1066, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1028, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1036, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1037 e 1038, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1040, de autoria do Senhor Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1048, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1049, 1050 e 1056, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1051, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, com apoio de Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1054, de autoria do Senhor Deputado César Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1062, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1065, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após a presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 373, 542/97 e 099/98.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/98.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira dia 10, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 516/96, 034, 156 e 207/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 510, 685/97, 045, 105, 163, 197, 198, 199, 211 e 213/98.

Levanta-se a sessão.